

Opinião do GLOBO

Extensão do foro especial visa a evitar prescrições

Voto de Gilmar remedia brecha aberta quando Corte restringiu a prerrogativa dos ocupantes de cargos públicos

O Brasil não é o único país a prever que ocupantes de altos cargos — como presidentes, governadores, ministros, deputados, senadores, prefeitos ou generais — sejam julgados apenas por Cortes superiores. A distinção, chamada foro especial, tem razão de ser. É do interesse público resguardar o exercício dessas funções. Sem o foro, ministros de Estado estariam sujeitos a inúmeras ações iniciadas em diferentes pontos do Brasil. Deputados e senadores seriam alvo fácil de processos políticos em variadas instâncias da Justiça. Foi para evitar o uso político dos tribunais que se concedeu a tais cargos a prerrogativa de ser julgados apenas por juízes da Corte superior.

Por muito tempo, o foro especial foi no Brasil sinônimo de privilégio, em razão do pouco apelo das Cortes superiores por punir os poderosos. Mas isso começou a mudar a partir do escândalo do mensalão. A profusão de processos gerada pelos casos de corrupção, em particular na Operação Lava-Jato, sobrecarregou o Supremo Tribunal Federal (STF), fato que contribuiu para que, em 2018, os ministros restringissem o foro especial a crimes relaciona-

dos ao cargo público e cometidos em seu exercício. Mas essa decisão deixou uma brecha aberta. Bastava o político sair do cargo no meio de um julgamento para seus casos serem transferidos a instâncias inferiores (a não ser que estivessem na fase de alegações finais). Os interesses em adiar a sentença até a prescrição dos crimes passaram a ser um pedido de demissão ou numa renúncia a oportunidade de enviar as ações penais a juízes da primeira instância, protegendo a decisão da Justiça.

Em 2014, o senador mineiro Clécio Andrade respondeu a processo sob acusação de peculato e lavagem de dinheiro. Quando o ministro Luís Roberto Barroso marcou audiência para interrogatório, ele renunciou, e o caso foi enviado à Justiça Federal em Belo Horizonte. Um inquérito aberto em 2013 contra o senador Zequinha Marinho (Pov. PA) começou no STF, foi remetido a diferentes tribunais, e até hoje o réu não foi interrogado.

Esse tipo de manobra levou o Supremo a reexaminar o foro especial. No voto que deu em dois processos sobre sua restrição, o ministro Gilmar Mendes defende manter na Corte

os processos nela iniciados, mesmo com a interrupção do exercício do cargo público (quatro ministros já apoiaram o voto de Gilmar no plenário virtual). É evidente que cabe ao Congresso estabelecer a extensão da prerrogativa constitucional do foro especial. Uma Proposta de Emenda à Constituição que o limita a cinco cargos (presidente e vice-presidente da República, presidentes de Câmara, Senado e STF) foi aprovada em 2017 no Senado, e há pressão para que seja votada na Câmara. Mas trata-se apenas de uma tentativa de esvaziar a lei em benefício dos que querem escapar de uma decisão judicial rápida e desfavorável — e de evitar ser deixada de lado. No que diz respeito à proteção constitucional aos altos cargos públicos, o Parlamento nada propôs de sensato até agora.

Por isso, ainda que não seja recomendável ao Supremo mudar de opinião com frequência sobre um tema a respeito do qual já tomou decisão, é importante que os ministros voltem a se pronunciar agora para tapar a brecha deixada, apoiando a proposta de Gilmar. Do contrário, permanecerá o caminho para a impunidade.

Inépcia de governos deixa intocado dinheiro para construir presídios

Mesmo com R\$ 1,1 bilhão à disposição para investir, faltam vagas no sistema carcerário

Grão está entre os maiores desafios da segurança pública no Brasil. Mesmo quando há verbas para investir, a demora impede avanços. Isso ficou claro com a divulgação de dados do Ministério da Justiça sobre o destino de recursos enviados aos governadores para cuidar das prisões. Entre 2016 e 2023, os estados deixaram de usar 41,7% do dinheiro do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). Resultado: há inacreditável R\$ 1,1 bilhão parado na conta do fundo.

Demandada por recursos é óbvia que existe. O Brasil tem 650.305 presos e apenas 488.035 vagas nos presídios, revelou no final de março a Secretaria Nacional de Políticas Penais. O déficit é crônico. Desde o início da década, não fica abaixo de 100 mil vagas. Também é preciso reconhecer que houve melhora. Em 2019, faltavam mais de 300 mil. Ainda assim, o problema continua gigantesco.

Penitenciárias não são obras simples. Precisam do apoio dos eleito-

res nas comunidades onde serão instaladas, além de exigir planejamento e execução cuidadosa. Sem fiscalização atenta, projetos e obras podem favorecer fugas. Por tudo isso demoram para ficar prontas. Mas certamente a complexidade não justifica a paralisação de recursos ao longo de oito anos.

O Rio de Janeiro, com déficit de 14.914 vagas, é o estado com mais dinheiro disponível. Apenas R\$ 36 milhões foram usados. Rondônia, onde faltam 1.906 vagas, tem saldo de R\$ 73,5 milhões. De todos os estados, o Amapá registra a execução mais baixa das verbas disponíveis, apenas 23%. A inoperância parece um acinte, já que o estado tem a maior taxa de homicídios do país, 52,6 por 100 mil habitantes, mais que o dobro da média nacional.

A gestão é tão deficiente que o governo tem organizado oficinas com os servidores dos estados para explicar como usar o dinheiro. As verbas podem ser investidas em constru-

ção e ampliação de presídios ou municiamento para agentes penitenciários, entre outros destinos. Governadores costumam denunciar a falta de apoio do governo federal e culpam a falta de recursos para justificar as carências à população. No caso dos fundos penitenciários não há desculpas. As verbas anuais até têm caído, mas, se não são executadas, não há do que reclamar.

Prover condições mínimas dignas a detentos é obrigação intransferível do Estado. A situação é ainda mais constrangedora num país de cadeias superlotadas, fontes de recrutamento para as facções criminosas que se controlam. Mesmo a outra inexpressável rede de presídios de segurança máxima sofreu revés com a fuga inédita da penitenciária de Mossoró (os detentos foram capturados ontem). A crise na segurança pública continuará a ameaçar os brasileiros enquanto não houver a seriedade necessária para enfrentá-la. Investir no sistema carcerário é dinheiro já disponível e o mínimo a exigir dos governadores.

Artigos

opinioes.globo.com/opinioes
artigos.globo.com.br

VERA MAGALHÃES

vera.globo.com/vera-magalhaes
vera.magalhaes@globo.com.br



Novas crises adiam recuperação de Lula

O governo Lula não teve respiro em 2024. Da relação truncada com o Congresso à política externa, o que se vê é um presidente com dificuldade para pôr em marcha seu plano de recuperação da popularidade, de que faz parte, por ora, a retomada da agenda de eventos políticos e lançamentos de obras públicas, mas que disputa espaço com os incêndios que ele precisa apagar em diferentes frentes.

A crise que pode levar à queda do presidente da Petrobras não vem de hoje. Já teve diferentes graus de intensidade, mas a situação de Jean Paul Prates parece ter chegado a um ponto de não retorno, uma vez que nem a solução para o impasse na distribuição de dividendos extraordinários parece mais capaz de lhe garantir sobrevivência.

Até ministros que vinham atuando como bombeiros e fazendo contraponto à dupla Rui Costa e Alexandre Silveira para preservar Prates pareciam ter entendido que não vale a pena manter uma disputa interna quando Lula não parece mais disposto a bancar o comandante da petroleira.

Para Fernando Haddad, parece ser mais relevante assegurar que Costa e Silveira deixem de interditar o pagamento dos dividendos, uma vez que não é possível lhes dar nenhuma outra destinação, e esses recursos, ainda que extraordinários, serão bastante bem-vindos num momento em que o Legislativo dificulta a aprovação de medidas que garantiram outras fontes de recursos para os cofres da União.

Deixado sem pai nem mãe, Prates se enfraquece. O mais cotado para substituí-lo, o atual presidente de BNDES, Aloizio Mercadante, é alguém que, no início do governo, o PT tentou caçar como "contraponto" à política econômica de Haddad, mas que teve a cautela de evitar que a narrativa prosperasse a ponto de antagonizá-lo com o ministro da Fazenda. Passado um ano e alguns meses da posse de Lula, são comuns no mercado elos que mudam de Mercadante na interlocução com esse e demais setores da iniciativa privada.

Além da necessidade de manejar uma crise, como a da Petrobras, que pode ter consequências concretas no valor de mercado da empresa, Lula também se vê premido pela escalada do aliado Nicolás Maduro em sua campanha pela "anexação" à Venezuela do território de Essequibo, pertencente à Guiana. É um grande clichê dizer que autocratas como Maduro lançam mão, quando pressionados, da cartada de recorrer a uma campanha de anexação para se fortalecer internamente.

A campanha pela incorporação da região que se mostrou rica em jazidas de petróleo é vista pelo ditador como uma forma de demonstrar força e garantir a vantagem numa eleição já marcada pela absoluta falta de equilíbrio de condições entre ele e os poucos que conseguiram se registrar para enfrentá-lo nas urnas.

As viradas de mesa eleitorais já tinham forçado Lula a ensaiar uma leve mudança no discurso de aval absoluto ao aliado, fato que não foi bem recebido em Caracas. Agora, com o novo ato na encenação da campanha por Essequibo, o governo brasileiro ainda parece atônito, disposto a aguardar para ver se é apenas uma bravata ou se Maduro dará mais algum passo para tentar tirar a tal anexação do papel. Se fizer isso, Lula terá de descer de mansinho, não só pela razão óbvia de que uma ação militar de Maduro implicaria passar por território brasileiro, mas pelas consequências graves na geopolítica continental e global.

Petrobras e Venezuela são temas sem relação aparente, mas que têm em comum, além da gravidade individual das duas crises, o fato de serem assuntos com grande potencial de desgaste para Lula e o PT, comumente usados com sucesso pela direita bolsonarista para fustigar os governos. Manejar a contento as duas crises, portanto, é condição essencial para o presidente sair da situação que não chega a ser alarmante nas pesquisas, mas que tem sido incômoda.

Petrobras e Venezuela são temas sem relação óbvia, mas que têm grande potencial de desgaste para Lula e o PT

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: Jairo Roberto Moreira
VICE-PRESIDENTES: Jairo Roberto Moreira e Roberto Moreira, Neto

O GLOBO

aparelhos.globo.com.br

DIRETOR GERAL: Roberto Moreira

DIRETOR DE RELACIONAMENTO: Roberto Moreira

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira

DIRETOR DE VENDAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE FINANÇAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE TI: Roberto Moreira

DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira

DIRETOR DE VENDAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE FINANÇAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE TI: Roberto Moreira

DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira

DIRETOR DE VENDAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE FINANÇAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE TI: Roberto Moreira

DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira

DIRETOR DE VENDAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE FINANÇAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE TI: Roberto Moreira

DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira

DIRETOR DE VENDAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE FINANÇAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE TI: Roberto Moreira

DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira

DIRETOR DE VENDAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE FINANÇAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE TI: Roberto Moreira

DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira

DIRETOR DE VENDAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE FINANÇAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE TI: Roberto Moreira

DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira

DIRETOR DE VENDAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE FINANÇAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE TI: Roberto Moreira

DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira

DIRETOR DE VENDAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE FINANÇAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE TI: Roberto Moreira

DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira

DIRETOR DE VENDAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE FINANÇAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE TI: Roberto Moreira

DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira

DIRETOR DE VENDAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE FINANÇAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE TI: Roberto Moreira

DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira

DIRETOR DE VENDAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE FINANÇAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE TI: Roberto Moreira

DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira

DIRETOR DE VENDAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE FINANÇAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE TI: Roberto Moreira

DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira

DIRETOR DE VENDAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE FINANÇAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE TI: Roberto Moreira

DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira

DIRETOR DE VENDAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE FINANÇAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE TI: Roberto Moreira

DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira

DIRETOR DE VENDAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE FINANÇAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE TI: Roberto Moreira

DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira

DIRETOR DE VENDAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE FINANÇAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE TI: Roberto Moreira

DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira

DIRETOR DE VENDAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE FINANÇAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE TI: Roberto Moreira

DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira

DIRETOR DE VENDAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE FINANÇAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE TI: Roberto Moreira

DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira

DIRETOR DE VENDAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE FINANÇAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE TI: Roberto Moreira

DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira

DIRETOR DE VENDAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE FINANÇAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE TI: Roberto Moreira

DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira

DIRETOR DE VENDAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE FINANÇAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE TI: Roberto Moreira

DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira

DIRETOR DE VENDAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE PRODUÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira

DIRETOR DE FINANÇAS: Roberto Moreira

DIRETOR DE TI: Roberto Moreira

DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Roberto Moreira